

Infâncias em tempos de *guerra moral e espiritual* no Brasil: culturas (i) materiais e subjetivação política (des)democrática

Heloísa A. de Matos Lins¹

Recibido: 14 de octubre de 2021 / Aceptado: 22 de noviembre de 2021

Resumo. O artigo apresenta um breve mapeamento cartográfico, de concepção deuleuzo-guattariana, que busca - do ponto de vista teórico-metodológico - colocar em relevo as principais linhas de força/ tendências da cultura material e simbólica (re) produzida e que circula em direção às crianças e jovens - vinculadas à política oficial de Estado brasileira e à chamada “guerra cultural/ espiritual” - bem como os possíveis agenciamentos dessa (i) materialidade no imaginário e afetos das infâncias e juventudes, considerando o exercício da alteridade que as práticas democráticas pressupõem, desde o começo da vida. A manipulação pela linguagem, através do apelo moral/ espiritual e beligerante tem se avolumado no país, a começar pela atual cúpula governamental bolsonarista. Nesse trajeto analítico, busca-se dar ênfase ao papel da (i) materialidade nos Estudos da infância também em tempos de *aberração cultural*. Do mesmo modo, a partir de uma concepção pós-trans-humanista, a cartografia busca colocar em perspectiva a ideia de *emaranhados* e de *agências expandidas* (entre “coisas” humanas e não humanas) que, em muitos casos, tornam-se insuspeitas aos adultos (ou menos perceptíveis), como em relação ao processo de rápido crescimento da socialização e da subjetivação política violenta e odiosa de crianças e jovens, no país e no mundo.

Palavras chave: guerra cultural; socialização; subjetivação política; (i) materialidade; pós-humanismo.

[es] Infancia en tiempos de *guerra moral y espiritual* en Brasil: culturas (in) materiales y subjetivación política (des)democrática

Resumen. El artículo presenta un breve mapeo cartográfico, de concepción deuleuzo-guattariana, que busca - desde un punto de vista teórico-metodológico - resaltar las principales líneas de fuerza / tendencias de la cultura material y simbólica (re) producida que circula hacia los niños y jóvenes - vinculados a la política oficial del Estado brasileño y la llamada “guerra cultural / espiritual” - así como los posibles agenciamentos de esta (i) materialidad en la imaginación y afectos de niños y jóvenes, considerando el ejercicio de la alteridad que las prácticas democráticas presuponen, desde el inicio de la vida. La manipulación por el lenguaje, a través de la apelación moral / espiritual y beligerante ha ido en aumento en el país, comenzando por la actual cúpula del gobierno Bolsonaro. En este camino analítico, busca enfatizar el papel de (i) la materialidad en los estudios de la infancia también en tiempos de *aberración cultural*. Asimismo, desde una concepción postranshumanista, la cartografía busca poner en perspectiva la idea de enredos y agencias expandidas (entre “cosas” humanas y no humanas) que, en muchos casos, se vuelven insospechadas por los adultos (o menos perceptibles), como en relación al rápido crecimiento del proceso de socialización y subjetivación política violenta y odiosa de niños y jóvenes, en el país y en el mundo.

Palabras clave: guerra cultural; socialización; subjetivación política; (in) materialidad; posthumanismo.

[en] Childhoods in times of *moral and spiritual warfare* in Brazil: (i) material cultures and (un)democratic political subjectivation

Abstract. The article presents a brief cartographic mapping, of Deleuzo-Guattarian conception, which seeks - from a theoretical-methodological point of view - to highlight the main lines of force/trends of material and symbolic (re)produced culture that circulates towards the children and youth - linked to the official policy of the Brazilian State and the so-called “cultural/spiritual war” - as well as the possible assemblages of this (i) materiality in the imagination and affections

¹ Professora Doutora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, Brasil. Departamento de Psicologia Educacional. Membro do Grupo DIS - Grupo de Pesquisa Diferenças e Subjetividades em Educação: Estudos Surdos, das questões raciais, de gênero e da infância.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4956-8185>.

E-mail: hmlins@unicamp.br.

of childhood and youth, considering the exercise of alterity that democratic practices presuppose from the beginning of life. The manipulation by language, through the moral/spiritual and belligerent appeal has been increasing in the country, starting with the currents leaderships of the Bolsonaro government. In this analytical path, seeks to emphasize the role of (i) materiality in Childhood Studies also in times of cultural aberration. Likewise, from a post-trans-humanist conception, cartography seeks to put into perspective the idea of *meshwork* and expanded agencies (between human and non-human “things”) which, in many cases, become unsuspected by adults (or less perceptible), as in relation to the rapid growth process of socialization and the and the political hateful and violent subjectivation of children and young people, in the country and in the world.

Keywords: cultural war, socialization, political subjectivation, (i) materiality, post-humanism.

Sumario. 1. Algumas notas contextuais sobre a guerra cultural e o bolsonarismo: impactos no imaginário e afetos sociais, 2. Infâncias em tempo de guerra: a moral da “ditadura hétero-militar” como linha de força nas agências expandidas, 3. Referências Bibliográficas.

Cómo citar: de Matos Lins, H. (2021). Infancia en tiempos de *guerra moral y espiritual* en Brasil: culturas (in) materiales y subjetivación política (des)democrática. *Sociedad e Infancias*, 5(2), 77-97.

1. Algumas notas contextuais sobre a guerra cultural e o bolsonarismo: impactos no imaginário e afetos sociais

*Vamos libertar o povo do socialismo, da inversão de valores,
do gigantismo estatal e do politicamente correto*

(J. Bolsonaro, jan.2019²)

*Hoje, as ditaduras não começam com tanques nas ruas, mas
com o estupro da linguagem*

(Eliane Brum, 2021)

A laicidade, secularização e pluralidade nos países latino-americanos vêm sendo atacadas, com ênfase, nos últimos anos, a partir do reposicionamento das chamadas direitas extremas e radicais. Nesses contextos, a esfera pública - em várias dimensões - vem se tornando refém da imposição moral/ espiritual de comunidades religiosas (cristãs, como regra) e políticas (neoliberais/ ultraconservadoras). Wendy Brown (2019) denomina o fenômeno como “recriação da esfera pública” ou “cristianização da cultura”, em que a moralidade é politizada, armada e de base antidemocrática. Tais direitas radicais usam como estratégia a contestação dos aparatos políticos e legais “comprometidos com o secularismo, o igualitarismo e a inclusão” (Brown, 2019: 137). Embora Brown se refira mais especificamente à realidade dos Estados Unidos, trazendo alguns exemplos também da realidade europeia, observamos grandes semelhanças com o que tem se passado na América Latina, assim como observado por Machado (2021) e também Montero et al. (2018):

Em consonância com a literatura mais recente sobre o tema (Beyer, 2012; Casanova, 1994), consideramos que esse conceito centrado na igreja e sua coletividade de crentes não é mais capaz de circunscrever a intensa circulação dos atores pelas mais diversas arenas e o modo como os discursos proferidos em nome da religião articulam diferentes sistemas funcionais tais como a política, o jurídico, a ciência, a moral, a domesticidade, etc. Já quanto ao conceito de “espaço público”, quando aparece associado ao tema da religião, mobiliza o problema político da laicidade do Estado. (Montero, 2018: 133)

Principalmente usando as manipulações retóricas em torno do medo/ pânico sobre um “inimigo” comum, tal como a ameaça ficcional do “comunismo”, do “socialismo”, do “globalismo”, “marxismo cultural”, da “cristofobia”, da pedofilia como prática de “esquerdistas”, da erotização precoce das crianças, dos “ideólogos de gênero”, etc., enfim, sobre toda a degradação moral que progressistas teriam como projeto (supostamente pretendem destruir a ideia sagrada “Família tradicional, Deus e a Nação/ propriedade⁴”, principalmente nas escolas e universidades), o bolsonarismo – como forma brasileira de (re)encarnar esses processos de desdemocratização pelas direitas radicais – fortaleceu-se e continua a vociferar seu ódio e suas mentiras contra “esses outros⁵” (Rocha, 2021, Mouffe, 2015).

² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-faixa-presidencial-discurso-brasilia.htm?cmp>, acesso em 06/10/2021.

³ Todas são expressões utilizadas pelo bolsonarismo, fartamente, e podem ser encontradas em matérias jornalísticas, posts (até oficiais) em redes sociais, vídeos disponíveis na Internet, etc.

⁴ Em seu último discurso à ONU, Bolsonaro declara: “[...] Temos a família tradicional como fundamento da civilização. E a liberdade do ser humano só se completa com a liberdade de culto e expressão”. Ver na íntegra: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/21/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml>, acesso em 25/09/2021.

⁵ Declaração de Bolsonaro, reativando o medo desse “inimigo” também na economia: “Nós estamos arrumando a casa, engordando o porquinho.

Nas palavras de Mouffe, em termos do que seria a pós-política que protagoniza essa reação moralista com forças arcaicas (uma autoidealização de quem/ do quê seria “do bem”) - portanto com a propagação da ideia de uma “doença moral” a ser extirpada, de “inimigos absolutos” - coloca-se em risco as democracias no mundo⁶, onde se incluiria também o terrorismo:

[...] a política está acontecendo na esfera moral [...] Quando a política acontece na esfera da moralidade, os antagonismos não podem assumir uma forma agonística. Na verdade, quando os oponentes não são definidos em termos políticos, mas em termos morais, eles não podem ser encarados como ‘adversários’, mas unicamente como ‘inimigos’. Com o ‘eles do mal’ nenhum debate agonístico é possível: é preciso exterminá-los. (Mouffe, 2015: 1550-52)

Neste mesmo sentido, a jornalista Eliane Brum (2021: s/n) destaca sobre a onda moral/ espiritual e política des-democratizantes em movimento pelo bolsonarismo: “A preparação do golpe é primeiro um investimento nas subjetividades. Pela capacidade de viralização dos discursos nas redes sociais, assim como pela velocidade na produção e reprodução de imagens na Internet, a sociedade vai ‘aceitando’ o inaceitável” (e, posteriormente, assimilando-o).

Diante do exposto, apresento aqui um breve recorte de um estudo cartográfico que busca, do ponto de vista teórico-metodológico (conforme Deleuze e Guattari, 2011; Deleuze, 1997), colocar em relevo as principais tendências sobre a cultura material e simbólica que circulam em direção às crianças - vinculadas à política oficial de Estado e à chamada “guerra cultural/ espiritual” - bem como os possíveis agenciamentos dessa materialidade em termos do imaginário e de seus afetos, considerando o exercício da alteridade que as práticas democráticas pressupõem, desde a infância (Nussbaum, 2017; Bae, 2016; Qvortrup, 2010; Moss, 2009, 2019; Alvarado *et. al.*, 2008; Ospina-Alvarado *et.al*, 2018), como procuro detalhar na sequência. Para tanto, ao longo do trabalho, apontarei algumas imagens de domínio público (exceto duas que são parte de meu acervo de pesquisa em rede social⁷) que oferecem elementos para a discussão aqui almejada e tecida. Cumpre salientar que os sentidos para a articulação desse conjunto de acontecimentos, a partir de tais imagens, não são provocados aqui para compor um bloco monolítico de interpretação. De certo modo, o objetivo foi deixar um espaço mais polissêmico, se possível, a depender de quem acompanha o percurso reflexivo. Assim, as imagens vão compondo o quadro das discussões teóricas escritas.

Feita essa contextualização, podemos observar como a manipulação pela linguagem, através do apelo moral/ espiritual, tem se avolumado no país, a começar pela atual cúpula governamental, como um panorama inicial pode explicitar:

Figura 1. Pânico moral veiculado pela Damares Alves, Ministra do governo Bolsonaro e pastora: “legalização da pedofilia” e “ideologia de gênero”



Fonte: Twitter (página pessoal da Ministra)

Espero que o lobo mau não coma o nosso porquinho. A gente quer o bem do Brasil”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/a-chance-de-um-golpe-e-zero-diz-bolsonaro-em-entrevista-a-veja/>, acesso em 25/09/2021. Com relação às mentiras/ fake news, Bolsonaro as sustenta: “faz parte (sic) da vida. Não precisamos regular”, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/09/14/fake-news-faz-parte-da-nossa-vida-nao-precisamos-regular-diz-bolsonaro.htm>, acesso em 27/09/2021.

⁶ Não pretendo pormenorizar aqui as graves fragilidades quanto à efetiva participação “do povo”, nas chamadas “democracias liberais” ou democracias representativas que bem conhecemos. A esse respeito, consultar, por exemplo Penna (2015). O que se coloca como contexto geral, sobre o tema discutido, é a ideia de civilidade versus barbárie, dada a ascensão de regimes autocráticos.

⁷ As figuras 23 e 24, na sequência, foram obtidas através da Rede social Discord. Disponível para download em <https://discord.com/download>, acesso em 24/11/2021.

Trata-se de uma espécie de nova cruzada cultural/ moral, espiritual (cujo principal sustentáculo é a bandeira anti-gênero/ heteronormativa, apoiada por boa parte da população⁸), como destacam, por exemplo, Alonso (2019), Biroli *et.al.* (2020), Almeida (2018), Correa e Kalil (2019). Nas palavras de Quinalha (2021), Bolsonaro atualiza o moralismo da “ditadura hétero-militar”. A guerra simbólica, tal como foi incentivada (contra uma “inversão de valores”)⁹, é alimentada por uma avassaladora engrenagem que se configura, dentre outros vários aspectos, pelas *fake news* em redes sociais, propagandas através de canais oficiais do governo (além de parte da própria mídia tradicional¹⁰) e de crescente militarização da esfera pública (também escolar), além de receber pouco (ou nenhum) confronto das mídias que mantêm seu alinhamento neoliberal/ comercial. Vários desses exemplos, como os acima mencionados, circulam pela imprensa tradicional, mas “paradoxalmente” ela também é atacada/ desacreditada pelos bolsonaristas, como um efeito colateral dessa *normose* (Weil, 2011).

Embora o alinhamento desse projeto de governo com a mídia tradicional não seja aqui o foco específico, cumpre destacar o “casamento” da direita neoliberal com essa direita radical/ neofascista¹¹, de modo próximo ao que destacam Wendy Brown (2019) e Mouffe (2015). A relação desses grupos e a imprensa revela-se ora equilibrada, ora ambígua/ tensa; portanto, a depender das forças hegemônicas que estão em jogo, observamos aparentes rupturas e/ ou até mesmo grandes acordos. Exemplos desse compromisso de grande parte dessas mídias com o mercado - que é muito mais vigoroso do que com o fortalecimento democrático no país, efetivamente - encontramos em publicações de reconhecidos veículos nacionais. Um dos casos ilustrativos é o tratamento que recebe o Ministro da Economia, Paulo Guedes (*Chicago boy*), que permanece estável - praticamente “blindado” às críticas - enquanto a imagem do Presidente, tido como mero “conservador nos costumes”, oscila, a depender do momento. A esse respeito, podemos nos aproximar da discussão de Mouffe (2015) sobre o crescimento das direitas radicais na Europa e às trapaças, ou seja, às manipulações liberais que, convenientemente, buscam delimitar a fronteira (no nível moral ainda) entre “democratas do bem”/ “direita” e “extrema direita do mal”.

Figura 2. Imagens veiculadas pela grande mídia sobre o Ministro da Economia, Paulo Guedes: “a economia deve crescer”



Fonte: Revista Veja de 23/12/2020 e 18/03/2020 (disponível em <http://veja.abril.com.br>)

⁸ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/pesquisa-exclusiva-maioria-apoia-politicas-conservadoras-de-bolsonaro/>, acesso em 24/09/2021.

⁹ Ao assumir a presidência, declarou: “Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade. *E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido.* Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil [...]” (grifos meus). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-faixa-presidencial-discurso-brasilia.htm?cmpid=copiaecola>, acesso em 23/09/2021.

¹⁰ Ver por exemplo: <https://theintercept.com/2020/02/23/imprensa-bolsonaro-band-sbt-record-rede-tv/>, acesso em 12/3/2021. Há casos de pagamento do governo direto a apresentadores de programas populares, com grande audiência nacional: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/propaganda-paga-pela-presidencia-ficou-com-apresentadores-de-tv-prediletos-de-bolsonaro.shtml>, acesso em 13/09/2021.

¹¹ Populista, nacional-populista, iliberal, radical, autoritária, extrema, ultraconservadora, fascista, neofascista, pós-fascista [Eatwell, Goodwin, 2018; Mudde, 2019; Revelli, 2017; Traverso, 2019, cit. em Madeira e Neto, 2021], *alt right*, são alguns dos termos utilizados para caracterizar as direitas desdemocráticas em ascensão. Sobre relações entre o bolsonarismo e o fascismo, ver também os apontamentos do historiador Odilon Caldeira Neto: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/12/fascismo-esta-na-raiz-do-bolsonarismo-diz-coordenador-do-observatorio-da-extrema-direita>, acesso em 13/10/2021.

Figura 3. Imagens retratadas de Jair Bolsonaro, atual Presidente da República: “drástica mudança de atitude”, segundo a revista Veja



Fonte: Revista Veja de 11/10/2017 e 14/10/2020 (disponível em <http://veja.abril.com.br>)

Uma das mais importantes consequências dessa confluência de interesses e de cooptação/ reconfiguração do imaginário social, na atualidade, é o que Melinda Cooper chama de “familiarização antidemocrática”, associada à lógica de privatização econômica (Cooper, 2017, cit. em Brown, 2019). Assim, as autoras destacam que um dos mais cruciais domínios da vida pública moderna se concentra nesse modelo, com a proposta sedutora de “liberdade de tradição” às famílias, no lugar do social (principalmente sobre a educação de seus filhos, “protegendo-os” da secularização e do pluralismo), enquanto o Estado de direito vai sendo progressivamente desmontado, na prática. Birolí (2020) destaca algo próximo a esse fenômeno, a que chama de “familismo”, e uma apologia do atual governo brasileiro à “família tradicional”, “unidade privada” para fins da reprodução social (da reprodução da divisão de trabalho e das responsabilidades, considerando que o orçamento público destinado às famílias foi “enxugado” pelas políticas neoliberais):

A ‘família’ que o neoconservadorismo defende é um espelho das tradições morais cristãs. É formada por um homem e uma mulher [...] A moralidade sexual conservadora, que define a família pelo objetivo da reprodução biológica [...] é, assim, acompanhada do requisito da ‘funcionalidade’ [...] ‘cada um cuida de si’ (Birolí, 2020: 151)

Nesse contexto da ideia de “liberdade” desarticulada da sociedade, do político e da democracia, vão sendo reforçadas: a estrutura racializada de classes, a rejeição de igualdades, a restauração de supremacias, medo/ódio ao “diferente”, centralmente. Aliás, no caso do bolsonarismo, há uma explícita política anti-direitos humanos¹², ainda que mais recentemente se alegue o contrário¹³.

Assim, como lembra Brown (2019), a estratégia de reivindicação da liberdade individual (ameaçada supostamente também pelo “globalismo”) tem sido o principal mote da direita religiosa para executar esse projeto de imposição de moralidade tradicional/ única, através de uma nova retórica dos direitos (que são subvertidos, a partir da concepção de direito individual “em si”, em detrimento público/ democrático e político, como salientado). O recente discurso de Bolsonaro à ONU demonstra bem essa estratégia, por sinal, inclusive sobre o “direito individual” de não se tomar a vacina contra a COVID-19: “[...] nosso governo tem se posicionado contrário ao passaporte sanitário ou a qualquer obrigação relacionada à vacina¹⁴”.

Sob argumento semelhante, o atual governo brada pela “liberdade jurídica” para as famílias (como destacado, sinônimo de cristãs/ heteroparentais¹⁵) educarem seus próprios filhos, exclusivamente conforme suas crenças/ princípios/ valores, como uma das principais pautas do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), aqui sustentada também pela Secretária Nacional da Família e conservadora cristã declarada:

¹² Ver por exemplo recente relatório da Anistia Internacional, intitulado “1000 dias sem direitos: as violações do governo Bolsonaro”, disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/09/1000-dias-sem-direitos-As-viola%C3%A7%C3%B5es-do-governo-Bolsonaro.pdf>, acesso em 26/09/2021.

¹³ Quando ainda era Deputado, Bolsonaro - em campanha para a presidência - dizia que os Direitos Humanos eram “esterco da vagabundagem”: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/direitos-humanos-e-%E2%80%99Cesterco-da-vagabundagem%E2%80%99Diz-bolsonaro/>, acesso em 12/6/2021.

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/21/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml>, acesso em 25/09/2021.

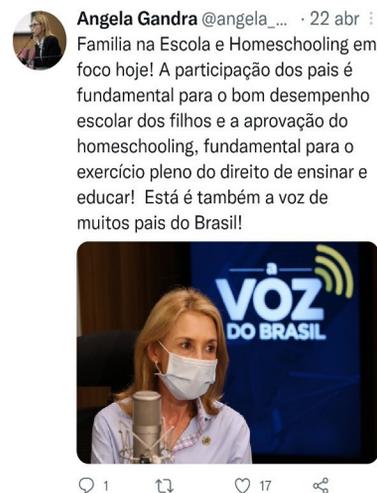
¹⁵ Foi criado um Observatório Nacional da Família pelo governo em questão (família no singular, estrategicamente): <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia>. Ver também a concepção de família para o referido governo, por exemplo, em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/marco/artigo-por-que-uma-secretaria-da-familia> (“a família brasileira” referida como auto empreendedora, diante da “teoria marxista” que é, segundo a Secretária Nacional da Família: “avessa à família como fundamento da propriedade privada”). Acessos em 05/10/2021.

Figura 4. “liberdades civis e segurança jurídica”



Fonte: Twitter (página pessoal da Secretária)

Figura 5. “pleno direito de ensinar” às famílias



Fonte: Twitter (página pessoal da Secretária)

Esse tipo de discursividade sobre as “liberdades individuais” vai ditando e moldando, rapidamente, o imaginário e o posicionamento político-afetivo das famílias, tal como encontramos na imagem e post abaixo (Figuras 6 e 7), com impactos (mais ou menos explícitos) na educação das infâncias:

Figura 6. Criança aprendendo a fazer sinal de “arminha” (mote da última campanha presidencial) e um familiar argumenta sobre “legítima defesa”: “[...] A Bíblia diz que devemos ensinar os infantes a seguirem no caminho do bem e eles jamais se desvirtuarão”





Fonte: Twitter

Figura 7. Deputado da base governista posta foto de filha com pistola automática na mão



Fonte: Revista Carta Capital (disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputado-do-psl-posta-foto-de-filha-com-pistola-automatica-na-mao/>)

Desse modo, observamos a sustentação de um “novo psiquismo”, uma “cultura política” autoritária, uma “nova mentalidade política” totalitária, uma “cidadania não democrática”, uma *subjetividade política* desdemocrática¹⁶ (Madeira e Neto, 2021; Brown, 2019; Biroli *et al.*, 2020, Alvarado *et al.*, 2008, 2015). Os usos e abusos da “linguagem religiosa”¹⁷, como operação política central também saltam aos olhos. É difícil, nesses casos, não estabelecermos aproximações ao que já destacou Victor Kemplerer, sobre a Alemanha tomada pelo pensamento nazista¹⁸: “A linguagem dos Evangelhos, terrivelmente prostituída e colocada a serviço [...]” (Klemplerer, 2009: 398).

Montero (2018, 2020) também argumenta sobre uma “reconfiguração do repertório cívico”. Por certo, no âmbito dessa *guerra cultural* está a ênfase na educação das crianças e jovens (contra o “mal”: “comunismo”, “ideologia de gênero”, “erotização das crianças”, “doutrinação de esquerda”, etc., como comentado). Configura-se numa estratégia importantíssima dessa batalha travada pelo bolsonarismo e vai muito além da militarização das escolas, da defesa de *homeschooling* como “opção” para as famílias, de “expurgar a ideologia de Paulo Freire”, tal como o então candidato à Presidência já anunciava em seu plano de governo¹⁹. Essa ambição nacionalista cristã, pela via educativa, incita a “morte da política” (considerada aqui em termos do debate público sobre as diferenças, lembrando que a igualdade política é a base da democracia, como destaca Brown, 2019), a desinformação/ medo e o ódio das famílias (e da sociedade) às pautas pluralistas e democráticas, reconfigurando a socialização e a subjetivação políticas, desde as infâncias²⁰. Nas palavras de Pereira (2020): “[...] lutar a guerra cultural na educação é central para Bolsonaro, constituindo-se um eixo estruturante de seu governo, tão ou mais importante para ele do que outro assunto qualquer”.

¹⁶ Alvarado (*et al.*) compreendem as subjetividades políticas “a partir de práticas cotidianas de equidade, de auto reflexividade como capacidade de duvidar dos próprios pré-conceitos e o descobrimento do outro” (Alvarado *et al.*, 2008:25; livre tradução).

¹⁷ Ver no citado discurso de Bolsonaro à ONU também seu forte apelo religioso.

¹⁸ Recentemente, houve ainda um episódio muito emblemático sobre proposta de educação “hitlerista” para as crianças, feita por um apoiador diretamente ao Presidente (que seguiu no diálogo, com aparente naturalidade): <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/apoiador-sugere-educacao-implantada-por-hitler-e-bolsonaro-nao-o-reprime.shtml>, acesso em 24/11/2021.

¹⁹ A esse respeito, ver a matéria “Educação, o primeiro ‘front’ da guerra cultural do Governo Bolsonaro”: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541112164_074588.html, acesso em 12/09/2021.

²⁰ Para Alvarado *et al.* (2015), a ideia de construção social de subjetividade política de crianças, em espaços (intencionais) de socialização política como a escola, mas não apenas: “se dá no marco da ação coletiva que emerge, não tanto em cenários de exigência por direitos, desejos de reivindicação massiva ou legitimações de acontecimentos democráticos, mas da evidência de mínimos compartilhados, acordos razoáveis de convivência e instauração de ações que determinam os mínimos para a paz na esfera do cotidiano” (2015: 103, livre tradução). A partir da compreensão de tais formações de subjetividades políticas democráticas, de formação cidadã, de “sujeitos plurais” como lembram os (as) autores (as), aqui também recupero sua possibilidade inversa como categoria de formação subjetiva e de socialização política, em cenários de guerra simbólica e *aberração cultural*, como explorarei a seguir.

Sobre essa “política da antipolítica” (Francisquini, 2021), a dissimulação da “neutralidade política”, conforme Rocha Jr. & Dalarosa (2019) e Zaffaroni (2020), da “antipolítica neoliberal” (Brown, 2019) ou ainda da *pós-política* como nomeiam Mouffe (2015) e Rocha (2021), a *guerra cultural* bolsonarista se traduz, dentre outros aspectos, como o rebaixamento cognitivo e instrumentalização do ressentimento, em forma de projeto (Rocha, 2021). Importante aqui enfatizar que seria a dimensão política - o seu exercício social cotidiano - obviamente, a alternativa para se romper com tal rebaixamento. Em outras palavras, trata-se de um reiterado “analfabetismo ideológico” (Rocha, 2021:15), uma “visão de mundo reacionária e militarista”, do resgate ressentido e revanchista da ditadura militar brasileira (Rocha, 2021:10).

Abaixo, aponto um dos exemplos dessa constelação de paixões/ afetos tristes disseminados através de *fake news*, com intuito de alastrar o pânico moral nas famílias, quando se manipula os temores relacionados à sexualidade e se explora uma ideia de “infância ameaçada pelos comunistas” (principalmente nas escolas, como apontado²¹). Cumpre destacar que a postura dos jornalistas, nesse episódio (Figura 8), em 2018, foi de nenhuma contra argumentação, lamentavelmente:

Figura 8. Em jornal televisivo de maior audiência no país, Bolsonaro usa capa do livro *Aparelho Sexual e Cia.* para forjar a existência de um “kit gay²²”



Em entrevista ao Jornal Nacional, da Rede Globo, o candidato mentiu ao dizer que livro era parte do kit idealizado e não executado pelo MEC
Foto: Reprodução Youtube

Fonte: disponível em <https://www.extraclasses.org.br/opiniao/columnistas/2018/10/em-defesa-da-inocencia-das-criancas-mensagem-ao-petit-jair/>

Outros episódios afins se tornaram bastante cotidianos e fartamente disseminados por redes sociais, como nos exemplos a seguir:

Figura 9. Post de Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente e Deputado Estadual: “A guerra é cultural e extremamente necessária”



Fonte: Twitter

²¹ Além do movimento *Escola sem partido* (julgado inconstitucional), cito um caso recente dessa mentalidade: uma professora de filosofia foi intimada a prestar depoimento em delegacia, a partir de denúncia realizada por uma estudante e sua mãe: ensino de “conteúdo esquerdista” (isto é: de “questões de gênero, racismo, machismo, diversidade e assédio”, como a matéria informa). Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2021/11/4964424-professora-de-filosofia-e-intimada-pela-policia-por-ensinar-conteudos-esquerdistas.html>, acesso em 24/11/2021.

²² O que ocorreu, de fato, foi um projeto de educação contra a homofobia (nunca executado), gestado durante o governo de Dilma Rousseff (como parte das estratégias do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, PNEDH, e do Plano Nacional de Direitos Humanos, PNDH-3; Brasil, 2007, 2010), e repudiado pela bancada evangélica, à época, na Câmara dos Deputados. Consultar, por exemplo: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/05/25/interna_politica,229827/bancada-evangelica-derruba-kit-contra-homofobia-do-mec.shtml, acesso em 05/10/2021.

Figura 10. Post de Eduardo Bolsonaro: “A guerra é espiritual”



Fonte: Twitter

Figura 11. Estado e religião



Fonte: Twitter (página pessoal Ministra-pastora Damares Alves - MMFDH)

Figura 12. Ministro-pastor da Educação: “Deus, Família e Pátria”



Ap. César Augusto e mais 5

Fonte: Twitter (página pessoal do Ministro da Educação, Milton Ribeiro)

Figura 13. Damares Alves, do MMFDH, no lançamento da Campanha contra “Violência Institucional”²³

Fonte: Twitter

Não por acaso, a Ministra não se refere publicamente à Doutrina da Proteção Integral, tal como preconizada pela Convenção sobre os Direitos das Crianças, CDC (Unicef, 1989). Além de bradar pela “proteção” das crianças (considerando que os índices de vulnerabilidade das infâncias no país só aumentaram, como mostram os relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019, 2020) e, diferentemente de outros países, não houve investimento adicional no financiamento da educação básica pública, durante a pandemia²⁴ - para citar alguns exemplos do país que volta agora ao mapa da fome²⁵), a Ministra repudia o acesso à informação/ participação ativa das infâncias e juventudes sobre temas considerados “sensíveis”, com mais veemência. Neste sentido, é importante observar a programação temática desse recente evento sobre “violência institucional” (na Figura 13, acima: estrategicamente usado com um sentido distorcido), cujo objetivo foi atacar o que seria “ideologia de gênero” e bradar por “proteção” às crianças e suas famílias (frente aos “ideólogos/as de gênero” como são chamados/as, que estariam, na lógica bolsonarista, centralmente nas escolas e universidades públicas²⁶).

Alguns casos com a Ministra-pastora Damares ficaram particularmente conhecidos, nacional e internacionalmente, pelo uso de *fake news* sobre o que seria (obviamente, se verdadeiro) violação de direitos das crianças (praticada e defendida, segundo ela e outros membros do atual governo, pela esquerda). O primeiro episódio foi sobre “masturbação de bebês²⁷” e o outro foi sobre “mamadeiras eróticas” oferecidas (pelo Partido dos Trabalhadores) a bebês em creches²⁸, embora haja tantos outros casos “pitorescos” envolvendo a Ministra, reportados pela grande imprensa (que também oscila na forma de trazê-la ao público: ora caricata, ora aguerrida na defesa das “minorias” ou, simplesmente, não sendo confrontada, diante de suas afirmações excêntricas ou falsas).

Desse modo, a declarada *guerra cultural* bolsonarista nega os dados objetivos e inventa inimigos em série, não permitindo que se articule, de fato, um programa de governo minimamente coerente e contínuo, como salientam Rocha (2021), Amadeu (2021) e Casara (2021), dentre outros (as). O tecido social e todo o imaginário político vão se tornando, paulatinamente, adoecidos e beligerantes diante “dos outros”, das diferenças, tendo a (educação da) infân-

²³ “Violência institucional” passa a ter um sentido muito específico: agora se refere aos casos em que escolas e outras instituições supostamente apresentam “doutrinação ideológica” e “sexualização precoce”, segundo esse grupo que retoricamente defende os Direitos Humanos, ou requer os Direitos Humanos “para humanos direitos”, como já observou o Vice-presidente da República. Enquanto clamam pela “proteção” das crianças, são, ao mesmo tempo, a favor da redução da maioridade penal e da legalização do trabalho infantil, por exemplo. Ver: <https://exame.com/brasil-do-brasil-ao-uruguai-os-militares-na-politica/> e <https://economia.ig.com.br/2020-09-11/bolsonaro-volta-a-defender-trabalho-infantil-deixa-a-molecada-trabalhar.html>, acessos em 29/09/2021.

²⁴ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/brasil-e-dos-poucos-paises-que-nao-aumentaram-recursos-para-educacao-na-pandemia-1.2542408>, acesso em 03/10/2021.

²⁵ Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/brasil-volta-ao-mapa-mundial-da-fome-16346961>, acesso em 24/11/2021.

²⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/forum-nacional-debate-violencia-institucional-contra-criancas-e-adolescentes/ProgramaodoFrumNacionalsobreViolenciaInstitucionalcontraCriancaeAdolescentes.pdf>, acesso em 24/08/2021

²⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/01/24/damares-vira-noticia-na-holanda-ao-dizer-que-pais-masturba-bebes.htm>, acesso em 24/08/2021

²⁸ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/>, acesso em 24/08/2021

cia como foco, como ênfase a seguir. O Estado democrático de direito passa por um vertiginoso revés que se torna, ao que parece, cada dia mais naturalizado também pela grande mídia (aparentemente entorpecida/ “em transe”, como apontam Pinheiro-Machado e Freixo, 2019), junto de boa parte dos poderes institucionais.

Em síntese, para que transmitam seus pensamentos e valores, esses grupos (agora hegemônicos) operam uma “tecnologia moral” (Wells, 2009, cit. em Liebel, 2019: 153) e uma cotidiana “violência epistêmica” (Cannella e Viruru, 2004, cit. em Liebel, 2019: 153), com foco destacado para a (pós) colonialidade das infâncias e (re) configuração do *adultismo* (Bell, 1995, cit. em Liebel, 2019: 164), num modo ainda mais contundente e agressivo sobre as culturas e subjetividades infantis.

2. Infâncias em tempo de guerra: a moral da “ditadura hétero-militar” como linha de força nas agências expandidas

“[...] devemos, mais uma vez, levar os materiais mais a sério, pois é a partir deles que tudo é feito”

(Ingold, 2015:67)

Dado esse cenário, cumpre retomarmos alguns aspectos teóricos sobre as agências e a configuração da socialização e subjetivação políticas infantis, para além de determinismos sobre a materialidade/ simbólico²⁹ ou de uma concepção antropocentrada. Não se trata, tampouco, de uma discussão semelhante à teoria ator-rede, em que há a ideia de separação entre humanos e não-humanos/ coisas, assim como a ideia de crianças e jovens “protagonistas” nessas relações³⁰ (Ingold, 2015).

Significa, em princípio, assumir uma concepção em que os artefatos culturais (brinquedos/ jogos, por exemplo) são tidos como coisas “com vida”, que geram fluxos (in-esperados) e não meros objetos ou artefatos destinados à infância, seja pela indústria ou, de modo geral, como materiais culturais com determinada finalidade (assim representados). Com relação à dimensão simbólica, tal como a discursividade, concebe-se algo ocorrendo “entre diferentes corpos” também.

Como explicita Ingold, influenciado também pelo pensamento deleuziano, as coisas geram os acontecimentos; as coisas são compreendidas como “um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam” (Ingold, 2012: 29). Contudo, coisas não são apenas materiais: para Ingold (2012), trata-se de porosidade e fluidez, elementos atravessados por fluxos vitais e integradas aos ciclos e dinâmicas da vida e natureza: “[...] não é apenas a mente que vaza, mas as coisas de modo geral” (Ingold, 2012: 42). Assim, as coisas são elementos porosos e fluidos que também agenciam (co-agenciam). Não só os humanos têm a capacidade de ação, nessa perspectiva. Toda matéria tem potencial de agência, se considerarmos um relacionamento no qual as coisas mudam e se alteram mutuamente (intra-ações em andamento). Neste sentido, toda matéria altera e muda as intra-ações em curso.

Para Ingold (2015), trazer as coisas de volta à vida, não é uma questão apenas de acrescentar a elas “agência”, mas de restaurá-las aos fluxos geradores do mundo de materiais. É preciso, segundo ele, superar a visão de que as coisas estão na vida e entender a vida nas coisas (a propriedade ativa dos materiais, sem incorrerem na dualidade social/natural ou mental/ material).

As coisas (i) materiais possuem capacidade de afetar profundamente o corpo, de diferentes formas e maneiras e algo novo (também do ponto de vista da ação interna) emerge da relação, segundo Karen Barad (2009, citado por Moss, 2019).

Os seres e as coisas tornam-se “agentes performativos”, em emaranhados, em *engajamento mútuo* (ou malhas/ *meshwork*) - nessa concepção alternativa ao antropocentrismo - configurando uma compreensão de *agência expandida*. São, portanto, forças sobrepostas e não há limite absoluto entre os corpos.

Assim, o conceito de “intermediário” é importante para repensar a agência, segundo Peter Moss³¹ (2019), passando de uma ideia simples de A atuando em B, para uma ideia mais complexa de emaranhados em que emerge algo novo do que chama de inter-ação, a uma ideia de agência expandida, como apontado – emaranhados (não antropocentros). Nas palavras de Moss: “Esta é uma teoria epistemológica e ontológica; isto é, reconceitualiza como o conhecimento é criado e também como a realidade é realmente moldada” (Moss, 2019: 144).

Será também nesse sentido que, segundo Barad, agência não tem a ver com escolha em nenhum sentido humanista liberal, mas “sobre capacidade de resposta, sobre as possibilidades de resposta mútua” (Barad, 2009, citado por Moss, 2019:145). Ou seja, a criança (também agente, mas não de modo exclusivo ou “privilegiado”) não é o centro

²⁹ A esse respeito, há importantes contribuições nas obras de David Buckingham, em termos da recepção midiática infantil, também sobre a criação de pânico moral sobre os conteúdos disponíveis e em circulação e a necessidade de participação ativa das crianças e jovens nas pesquisas, políticas públicas (educação, comunicação, etc.), bem como na produção/criação cultural-midiática (Buckingham, 2007, 2008, 2015). O mesmo vale sobre as contribuições de G. Brougère (2010) sobre as culturas lúdicas, onde os jogos digitais e os conteúdos de TV, por exemplo, são tratados.

³⁰ Como argumentei em Lins (2019), Ingold apresenta muitas aproximações, mas também afastamentos da concepção de Bruno Latour, sobre a compreensão de rede como conexão de pontos. Ingold - assim como Deleuze - refere-se a um entrelaçamento de linhas e à mistura/ mudança/ transformação daí resultante (prefere, assim, também a ideia de rizoma/ do “micélio fúngico” e de hecidades como aquilo com que percebemos o mundo) (Ingold, 2015).

³¹ Vale recuperar aqui que Deleuze é uma das principais interlocuções nessa obra de Peter Moss.

dos emaranhados/ acontecimentos, mas parte de uma rede ou de relações/ forças emaranhadas que conectam o humano e o não-humano, o trans-humano, a cultura e a natureza, o material e o discursivo. Para Moss, “[...] a ‘nova’ virada material trata de um interesse crescente no papel ativo do mundo material, da cultura material, agência material e ‘artefato’ (Lenz Taguchi, 2009: 18-19, cit. em Moss, 2019: 143).

Importante destacar também que, nesse exercício de percepção das agências entre as coisas (humanas e não humanas; sem hierarquização entre os organismos e matéria, como observado), podemos observar as “sementes do que estamos nos tornando”: sujeitos pós-humanos, como argumenta Braidotti (2019: 137). A autora também se refere a esse modo de compreensão do mundo como “inter-relacional, transnacional, multi-sexos e trans-espécies [...]” (Braidotti, 2019: 127). Como consequência do exposto, o pós-humanismo objeta a “violência epistêmica” (Braidotti, 2013: 30, cit. em Moss, 2019: 147), exercida pelo humanismo eurocêntrico a todos os ocupantes do planeta (qualquer tipo de binarismo homem x natureza).

Dessa interpretação, também poderíamos refletir sobre a pretensão adultocêntrica de criação/ distribuição de artefatos culturais para a infância (de uns e não outros, inclusive, como em casos de censura, para citar um exemplo), como se outros seres (i) materiais não estivessem em potencial agenciamento. O que ocorre, enquanto bebês e crianças detectam “a vida” e a força das coisas, da natureza, dos seres (em dimensões inter-intra-subjetivas) é que, talvez, não percebamos mais como adultos, já agenciados/ emaranhados por forças que compõem a sociedade ultracapitalista e antropocêntrica que cindiu a relação humanidade-mundo e apagou outras tantas sensibilidades e saberes.

Com relação à definição de linhas de força (e podemos também dizer de agenciamento/ emaranhado) num determinado mapa/ território, Deleuze afirma: “É essa distribuição de afetos [...] É sempre uma constelação afetiva (Deleuze, 1997: 76). Com o intuito de evidenciar a articulação entre os mapas dos trajetos e dos afetos, Deleuze continua: “O devir é o que subtende o trajeto, como as forças intensivas subtendem as forças motrizes [...] É o devir que faz, do mínimo trajeto ou mesmo de uma imobilidade no mesmo lugar, uma viagem, e é o trajeto que faz do imaginário um devir. Os dois mapas, dos trajetos e dos afetos, remetem um ao outro (Deleuze, 1997: 77).

Poderíamos, assim, conceber o *devir-brinquedo* como parte fundamental da vida das crianças, em que há “agências insuspeitas” ou “agências imperceptíveis” a nós, adultos, considerando esses mapas dos trajetos e dos afetos/ devires (as forças intensivas em perspectiva). Que forças, então, poderíamos destacar sobre as infâncias, em tempos de guerra cultural/espiritual e simbólica? Que (i) materialidades poderíamos colocar em perspectiva - em termos de agência - sobre os processos de formação subjetiva e cultural? Quais seriam os impactos dessas forças encontradas nas coisas (i) materiais beligerantes (e/ou moralizantes) sobre as crianças, ao longo da vida cidadã?

Nessa esteira, temos a possibilidade de compreender a subjetividade como uma capacidade pessoal-sensorial-afetiva-cognitiva-política, a partir da relação com as culturas material, simbólica/ discursiva e imaginária. Um modo de apreensão/ser-estar do/no mundo (afetos/ devires e perceptos, tal como Deleuze e Guattari, 2010, concebem) que envolve um enorme gradiente de existências/ possibilidades e emaranhados (alguns menos “visíveis” para adultos de determinados grupos culturais, como parece ser o nosso caso, em relação aos povos originários indígenas e africanos, por exemplo).

Uma pedagogia atenta a tais existências/ acontecimentos seria o que Moss (2019) concebe como uma *Pedagogia intra-ativa*, das relações, da escuta. Uma pedagogia influenciada pelo pós-humanismo, portanto, que impõe o reconhecimento e o trabalho com seres (i) materiais “tão ágeis quanto os seres humanos e com a natureza interdependente e emaranhada da relação entre coisas, matéria e organismos, sempre nas relações de ação” (Moss, 2019: 150). Com base nessa acepção, poderíamos vislumbrar a abertura para outros modos de pensar e sentir o mundo, desde as infâncias. Modos decoloniais de vida, de cultura, que forjariam subjetividades outras (democráticas, de fato).

Isto posto, com relação mais específica à constituição subjetiva política/ democrática, desde as infâncias, tão ameaçada pelas direitas radicais, como busquei demonstrar no início desta discussão, seria essencial termos em perspectiva a educação das crianças (não apenas institucionalizada, por certo) - que envolve a socialização política e sua formação subjetiva - para a “ternura como virtude política” (Magistris *et.al.*, 2019), assim como toda uma atenção/ escuta/ sensibilidade ao que já não conseguimos perceber em termos das agências expandidas em jogo³².

Uma concepção trans-pós-humana e tal giro decolonial precisariam também se aproximar dos Estudos da infância (nas pesquisas e na educação, de modo particular), aprofundando a compreensão das culturas lúdicas e (re) produções culturais infantis. Torna-se imperativo atentarmos para alguns dos impactos da cultura material/ simbólica na constituição subjetiva das crianças, destacadamente em torno da formação cidadã, isto é, na constituição das referidas “subjetividades (des) democráticas”. Além desses aspectos, há desdobramentos - perceptíveis (ou não) a curto, médio e longo prazo - sobre os direitos (individuais e coletivos) de participação ativa/ cidadania infantil³³ (nas famílias, nas escolas, nas cidades, etc.), como também busco aqui enfatizar, sobre os rumos dos Estados democráticos de direito e sobre o futuro (não distante) do planeta³⁴.

³² Importante lembrar que, a esse respeito, Guattari (1985) já trazia contribuições analíticas e conceituais.

³³ Na acepção de Alvarado *et.al.*, aqui também assumida (a chamada participação poli-cêntrica): “A participação como expressão autêntica é a manifestação da legitimidade e possibilidade de aparecer frente aos outros, a partir do reconhecimento e a visibilização de si mesmo/a como interlocutor/a válido/a na construção de pactos, regras e acordos em cenários informais, formais, institucionalizados e não institucionalizados” (Alvarado *et.al.*, 2008: 23).

³⁴ Por certo, o caso da Amazônia sob o bolsonarismo é um importante alerta, nesse sentido. Ver, por exemplo: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-24/congresso-decide-extinguir-a-amazonia.html>, acesso em 05/09/2020.

O ódio e a agressividade como afetos mobilizadores dessa formação subjetiva/ cultural/ simbólica, desde as infâncias, por ora, têm se mostrado como parte das forças hegemônicas que agenciam “fios” desses emaranhados bastante característicos, mas com consequências ainda imprevisíveis em termos das erosões democráticas e ecológicas, no país e em outras partes do mundo (e impactam nas subjetividades que (re) elaboram elementos da cultura, assim como Buckingham, 2007, 2008, 2015 e Brougère, 2010, apontam sobre as crianças e jovens). Em muitos momentos, para muito além do que não vislumbramos “concretamente” nesse processo (de) formativo, sua faceta desdobrada em cultura material e lúdica beligerante para a infância vai sendo veiculada e naturalizada, cotidianamente³⁵ (Figura 14), como temos acompanhado (no Brasil³⁶ e em outros países, como no caso também emblemático do Afeganistão):

Figura 14. Crianças armadas e retratadas pela grande mídia



Fonte: disponível em <https://vefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/04/paulo-coelho-compara-bolsonaro-com-crianca-armada-a-membro-do-taliba.htm>

Trazendo mais exemplos dessa (i) materialidade que envolve as infâncias e juventudes - que oportuniza, portanto, uma formação da subjetividade política (des) democrática, de (in) sensibilidades cidadãs, através de mediações estéticas e culturais³⁷ - destaco alguns outros acontecimentos relacionados à esfera do bolsonarismo, inicialmente contextualizada, salientando a dimensão da chamada *aberração cultural* (Moshenka, 2019) moldada pela violência³⁸ e/ou desinformação (uma estratégia central desse projeto atrelado ao “valores reacionários”, como também destaca Amadeu, 2021):

Figura 15. Jogo eletrônico Bolsomito³⁹



Fonte: disponível em <https://www.tudoocelular.com/curiosidade/noticias/n134404/ministerio-publico-entra-com-acao-contra-jogo-bolsomito-2k18-na-steam-apos-dois-meses-de-investigacao.html>

³⁵ Ainda que entidades como a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) tenham se pronunciado contra: <https://oglobo.globo.com/politica/pediatras-criticam-bolsonaro-por-foto-com-crianca-replica-de-fuzil-em-evento-do-governo-25221421>, bem como a ONU: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/10/onu-diz-que-bolsonaro-deveria-ser-punido-por-usar-criancas-fardadas-em-eventos.shtml>, acesso em 07/10/2021.

³⁶ Bolsonaro enfatizou, nessa mesma ocasião: “Assim foi criada a minha geração”. Ver mais em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-exibe-rifle-ao-lado-de-crianca-assim-foi-criada-a-minha-geracao/> acesso em 08/10/2021.

³⁷ A partir dos conceitos “formação de subjetividade política” e “sensibilidade cidadã” de Alvarado (*et.al.*), 2008.

³⁸ Concebo aqui, além de violências mais explícitas (como as reconhecidas socialmente, via de regra: agressão física, psicológica ou verbal), tal como apontado por Pascual e Blanco Miguel (2020), a ideia de “violência” de modo amplo, uma vez que encobre uma diversidade de experiências e ressonâncias, com variações importantes na vida dos indivíduos e grupos. Nesse conjunto, por exemplo, a violência simbólica (exercida inicialmente pelos adultos) estaria em perspectiva.

³⁹ Bolsomito não pode mais ser localizado por meio das buscas do Steam, mas sua página de registro permanece no ar, sem o botão “Comprar”. Não é mais possível adquirir o game, mas a ideia é que quem o comprou durante os meses em que esteve no ar poderá continuar realizando o download e instalação sempre que quiser.” Disponível em: <https://canaltech.com.br/jogos-para-pc/bolsomito-2k18-nao-vai-mais-ser-vendido-pela-steam-131695/> acesso em 12/07/2021.

No jogo acima, “Bolsomito 2K18”, há um personagem principal: justamente o presidente Bolsonaro. O objetivo do jogo é entregar pontos “aos usuários que espancaram e mataram mulheres, negros, parlamentares, integrantes de movimentos sociais e participantes de comunidade LGBT”⁴⁰. Em termos da referida *aberração cultural*, censura e aparelhamento ideológico de órgãos públicos, podemos observar exemplos em várias esferas, como o breve mapeamento a seguir pode indicar (Figuras 16 a 24):

Figura 16. “Bolsonarinho tem 6 anos, veste-se de polícia e ama o presidente do Brasil”



Fonte: disponível em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/23-dez-2019/bolsonarinho-tem-6-anos-veste-se-de-policia-e-ama-o-presidente-do-brasil-11633474.html>

Figura 17. Os começos na cultura (i) material antidemocrática



Fonte: disponível em https://www.google.com/acik?sa=l&ai=DChcSEwjUntnQr-3xAhUVBZEKHXkuCjoYABAHGgJjZQ&ae=2&sig=AOD64_3mFoH093R4xy_5eerRjufIFDziDQ&ctype=5&q=&ved=2ahUKEwiq69LQr-3xAhWPp5UCHUdABG8Q9aACeg-QIARBH&adurl=

Figura 18. Militarização das escolas públicas (“Governo prevê 216 escolas militares até 2023 e Bolsonaro diz que modelo tem de ser imposto” - 05/09/2019)



Fonte: disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/governo-preve-216-escolas-militares-ate-2023-e-bolsonaro-diz-que-modelo-tem-de-ser-imposto.shtml>

⁴⁰ Consultar mais detalhes em: <https://www.tecmundo.com.br/seguranca/136828-ministerio-publico-ajuiza-valve-jogo-bolsomito-2k18.htm>, acesso em 01/07/2021.

Figura 19. Censura de temas considerados tabu em livros de literatura infantil

Educação

Milhares de brasileiros assinam manifesto contra adaptação de livros infantis feita pelo Ministério da Educação

23 de outubro de 2020 • Susana Carmago



João e Maria é um clássico da literatura infantil. O conto de fadas dos irmãos Grimm, escrito em 1812 na Alemanha, conta a história dos filhos de um lenhador, que se perdem em uma floresta e acabam presos na casa de uma bruxa que devorava crianças. Sim, é uma história que pode parecer assustadora, mas outros tanto livros infantis abordam temas similares, como fome, violência, solidão, ciúme, inveja e perda.

Apesar disso, especialistas da área de educação afirmam que é importante que crianças sejam familiarizadas com essas questões e consigam entender a diferença entre o certo e o errado, o bom e o mau, o bonito e o feio.

Todavia, não parece que o Ministério de Educação concorde com a opinião de educadores e escritores, entre eles, alguns dos nomes mais consagrados da literatura infantil brasileira. No final de 2019, a Secretaria de Alfabetização, ligada ao MEC, lançou a coleção "Conta Pra Mim". Parte do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), os 40 livros estão disponíveis gratuitamente online e têm como foco famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Fonte: disponível em <https://conexoplaneta.com.br/blog/milhares-de-brasileiros-assinam-manifesto-contra-adaptacao-de-livros-infantis-feita-pelo-ministro-da-educacao/>

Figura 20. Censura de temas considerados tabu em livros de literatura infantil e ênfase na educação domiciliar

Cultura, Desenvolvimento Infantil, Educação, Educação, Família, Literatura Infantil, Livros Infantis

CONTA PRA MIM: CAMINHO PARA O HOMESCHOOLING E A DESVALORIZAÇÃO DA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

22 de setembro de 2020



Ler com seu filho é uma das melhores coisas que você pode fazer por ele. O momento de leitura em família é muito potente, fortalece os vínculos de afeto, ajuda a formar leitores e, até mesmo, como consequência, pode melhorar o desempenho escolar dos pequenos. Entretanto, para formar um leitor crítico e autônomo, precisamos oferecer livros de diferentes gêneros literários, autores, estilos e técnicas de ilustração, entre outros tantos aspectos que constroem um repertório rico para as crianças. Mas não é isso que encontramos ao navegarmos pelas obras da coleção Conta Pra Mim, da Política Nacional da Alfabetização do Ministério da Educação.

O Programa Conta Pra Mim traz uma coleção de 40 livros, lançada com o propósito de incentivar a leitura em família sob o pretexto de que ela seria benéfica para o processo de alfabetização. As obras são de autoria de 4 escritores e, ao que parece, ilustradas por uma única artista.

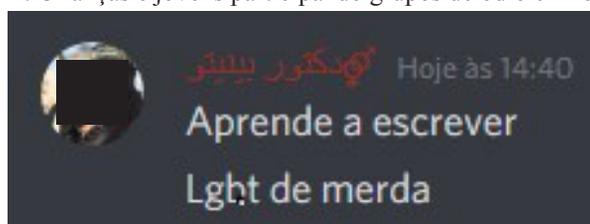
Fonte: disponível em <https://quindim.com.br/blog/conta-pra-mim>

Figura 23. Crianças e jovens participando de movimento neonazista/ grupos de ódio em rede social



Fonte: acervo da autora

Figura 24. Crianças e jovens participando grupos de ódio em rede social



Fonte: acervo da autora

Nesse contexto, as questões em torno da reelaboração psíquica/ lúdica/ política das crianças e jovens nas guerras atuais (concretas ou simbólicas, como é o caso do Brasil) – nos chamados *War Studies* (Moshenka, 2019) - mereceriam investigações mais detidas. Como ressaltam Rodríguez Pascual e Blanco Miguel (2020), conhecer as manifestações da violência interpessoal deve fazer parte de um primeiro diagnóstico que influencie a agenda de preocupações e temores dos adultos, permitindo que a abordagem desse fenômeno se relacione à complexidade de ser adolescente hoje, por exemplo. O mesmo é válido sobre as infâncias, certamente.

Amadeu (2021) destaca que, através do discurso sobre “liberdade de expressão” e dos “direitos individuais”, das liberdades econômicas irrestritas x democracias, a *alt right* segue no projeto bem-sucedido de “fidelização” de jovens *gamers, nerds, hackers*⁴², por exemplo, ao fazer circular a pecha de *normie* para quem defende o “politicamente correto”, os direitos civis, as pautas progressistas, por exemplo. A extrema direita tem transformado, assim, qualquer pessoa com (ou próximas de) “paixões tristes” (afeitas ao racismo, sexismo, capacitismo, etc.) num militante do ódio (do neofascismo, como concebe Amadeu, 2021). É provocado um verdadeiro caos informacional, violento e antidemocrático (Amadeu, 2021).

Significa dizer que necessitaríamos investir esforços para compreender mais profundamente o papel da cultura (i) material nos contextos de violência modernos (as *potentes ressonâncias* desses emaranhados/ agências expandidas), tal como Gabriel Moshenka (2019) também inspira, ao buscar fazer uma arqueologia da *cultura da aberração* (Meegan, 1994, cit. em Moshenka, 2019: ii) na relação com as culturas/ brincadeiras infantis-juvenis, como o autor se

⁴² Há um número expressivo desses jovens na rede *4chan* (disponível em <https://www.4chan.org>) e *8chan* (atualmente alterado para *8kun*: <https://olhardigital.com.br/2019/11/04/noticias/forum-online-8chan-volta-a-internet-com-o-nome-8kun/>).

debruçou a respeito da 2ª. Grande Guerra, por exemplo⁴³. Podemos nos interrogar, portanto, sobre como as infâncias e juventudes podem suportar ou minar a percepção de *aberração cultural*. Podemos atentar ainda para os detalhes e desdobramentos da cultura (i) material do conflito (mais ou menos explicitada, a depender da singularidade das violências e aberrações em curso de agenciamento).

Nesse sentido, quais são/ serão as consequências para os mundos sociais/subjetivos das infâncias e juventudes (seus valores e atitudes), como anteriormente observado? Infâncias e juventudes vão normalizar o insuportável (Brum, 2021), assim como o entorno social mais amplo tem feito, em muitos casos? Com as “coisas de guerra” (Moshenka, 2019) à volta/ à disposição, quais seriam as alternativas concretas, mesmo que fragilizadas, para modos de vida não beligerantes, desde as infâncias? Ainda, é necessário avançarmos na compreensão sobre as maneiras pelas quais as crianças encontram, interagem e integram essa (i) materialidade em seus mundos sociais e conceituais, como um “tópico de grande importância contemporânea na compreensão da violência e do trauma infantil⁴⁴” (Werner, 2000, cit. em Moshenka, 2008:108).

Os estudos da cultura material do conflito moderno estão se desenvolvendo e fortalecendo, destacando o impacto das guerras em indivíduos e sociedades, paisagens, arte, arquitetura, mídia, tecnologia, o corpo e as relações entre esses distintos processos (Saunders, 2004; Schofield, 2004, 2005; Schofield et al., 2002, cit. em Moshenka, 2008). Tais estudos mostram que, via de regra, nenhum aspecto da sociedade é intocado pela guerra e, até o momento, tem havido muito pouca consideração sobre as maneiras pelas quais as crianças encontraram e interagiram com a cultura material de conflitos modernos. Vale ressaltar a lacuna ainda mais evidente sobre as culturas imateriais desses conflitos, tal como no caso de “guerras culturais/ simbólicas/ espirituais”, como aqui discutido.

Do mesmo modo que pensadores (as) do pós/trans-humanismo, tais como Ingold (2012, 2015) Moss (2019), Braiddotti (2013, 2019), etc., Moshenka compreende que “os objetos fazem as pessoas, assim como as pessoas fazem os objetos” (Moshenka, 2019: ii), que a materialidade não é meramente passiva, mas exerce *agência positiva*, como nomeia, em forma de pensamentos e emoções⁴⁵ (Moshenka, 2019: ii). Assim como esse arqueólogo da violência aponta, as mudanças na vida social são acompanhadas de valores e atitudes *com* os materiais. A essa ideia, podemos reiterar a importância do imaterial, simbólico/ discursivo/ imaginário, como partes dessa cultura “concreta” do conflito, tal como também busquei enfatizar, já que muitas vezes nos escapam como (mas potentes, até destrutivas) agências expandidas/ “agências insuspeitas” ou “agências imperceptíveis”. Há demandas importantes para nós, pesquisadores (as) dos Estudos da infância e para o campo social e educacional como um todo, para vislumbrarmos alguns (re) começos de fortalecimento democrático.

Em momentos de avanço das artimanhas que buscam negar, mais destacadamente, o direito à informação/ comunicação das crianças e jovens e o direito à participação plena na vida cultural, artística/ social (como, acima expostas, principalmente as Figuras 18 a 21 sugerem), dentre tantos direitos há tempos garantidos legalmente - em nome do *virtuosismo* dessa formação autocrática moral/religiosa-cívico-armamentista - modos tão potentes de agenciamento destrutivo, sobre e com “o(s) outro(s)/ o(s) diferente(s)”, se impõem cotidianamente. Assim, as forças progressistas necessitam redobrar sua atenção, diante da politicidade da cultura (i) material na relação com as infâncias e juventudes, de seus processos de constituição subjetiva e de socialização (des) democrática.

Como apontado, essa forma belicosa (embora dissimulada, muitas vezes) é um elemento fulcral das estratégias dessas políticas públicas (e de seus desdobramentos/ outras roupagens em vertiginosa capilaridade nas redes sociais), principalmente quando se definem como *antipolíticas* e *anti-ideológicas*. Além desse exercício, é preciso - com celeridade - imaginar e instaurar modos de re/exi-sistência, principalmente *com* as crianças e jovens, assim como com as famílias, a partir do reconhecimento desses cenários nocivos e aberrantes. Destaco, ainda nesse horizonte, a centralidade do papel de educadores(as) e da resistência através de projetos político-pedagógicos progressistas e democráticos das escolas alvos diretos, como vimos, das críticas, da censura (comunitária e governamental, nem sempre tácita), mas também da auto-censura (Santos e Mottin, 2020).

Em se tratando de desafios a essa tarefa urgente, em outubro deste ano de 2021, ainda observamos um importante passo do chamado “familismo” como parte estratégica dessa nova cruzada moral/ espiritual, inicialmente aqui discutida: a criação do Programa do governo federal (da Secretaria Nacional da Família, MMFDH e Ministério da Cidadania), o *Família na Escola*. Os municípios poderão realizar uma adesão, tendo as escolas como locais de “formação para as famílias” e entorno (setores da saúde, assistência social, etc.). Um dos eixos do referido programa é a “formação de habilidades parentais”, como denominaram, para realizar o “acompanhamento das atividades escolares” das crianças e conhecer mais os direitos afeitos ao que chamam de “poder familiar”, dentre outros aspectos⁴⁶. O projeto *Escola Sem Partido*, agora, tem outro nome e roupagem, ao que tudo indica (principalmente através da *live*

⁴³ Moshenka se dedica ao estudo das culturas materiais.

⁴⁴ Livre tradução.

⁴⁵ Neste sentido, podemos aproximar a concepção de “inteireza” (“enteridad”) de Michael Mafessoli (2004, cit. em Alvarado *et.al.*, 2008: 26): “expressão da totalidade do sujeito em sua complexidade, não o sujeito-razão, mas o sujeito em suas múltiplas dimensões (corpo, emoção, sentimento, razão, etc.) e em suas múltiplas condições identitárias”. Assim, além das tramas complexas da intersubjetividade, como os autores apontam, podemos colocar em perspectiva as “coisas” (também não humanas) como aqui argumentado.

⁴⁶ Cumpre salientar que a participação familiar é necessária e já é constitucional, desde 1988. O que se destaca é o fato de o Artigo 226 (da referida Constituição Federal) ser foco das discussões e agora se mostrar “repaginado” por essas forças políticas, abrindo possibilidade para a educação domiciliar e para a vigilância ideológica, com margem à criminalização de educadores (as) e escolas que, porventura, pratiquem o que consideram “violência institucional”, por exemplo.

de lançamento⁴⁷). Ajustes foram feitos para que a proposta se viabilizasse em “ambiente democrático” (um exemplo robusto dessa nova retórica dos direitos, comentada de início). Essa se torna uma importante estratégia de muitos governos autoritários na atualidade: afirmar a democracia e seguir em sua desconstrução/ desarticulação (inclusive cultural, o que aqui foi foco de análise), sem muito alarde. Como argumentado pela jornalista Eliane Brum, (2021), já na epígrafe e por onde desdobrei as reflexões: “Hoje, as ditaduras não começam com tanques nas ruas, mas com o estupro da linguagem”.

Dado esse cenário, disputar a formação do imaginário social (considerando todo esse intenso aparelhamento ideológico-religioso que também se torna policialesco⁴⁸) e da elaboração de bons afetos sobre as diferenças, desde as infâncias, deve ser parte inequívoca e deliberada dessa difícil tarefa em contextos ameaçadores (como é o caso do Brasil⁴⁹), em democracias em declínio (e nas que pretendem se manter em ascensão), assim como se deve exigir das agendas governamentais (e das mídias, com ênfase) o seu compromisso ético (e não meramente econômico/ mercadológico) com a esfera pública e com o pluralismo de ideias, desde os níveis locais.

3. Referências bibliográficas

- Alonso, A. (2019). A comunidade moral bolsonarista, em [Vários autores]. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. 1a. Ed. - São Paulo: Companhia das Letras.
- Alvarado, S. V., Ospina-Alvarado, M.C. & Sanchez León, M.C. (2015). *Construcción social de la subjetividad política de niños y niñas en contexto de conflicto armado: acción colectiva en la escuela como alternativa de paz*. Disponível em: <https://dspace.ups.edu.ec/handle/123456789/10994>, acesso em 28/08/2021.
- Alvarado, S. V., Ospina, H.F. & Germán Muñoz, P. B. (2008). Las tramas de la subjetividade política y los desafíos a la formación ciudadana em jóvenes. *Revista Argentina de Sociología*. Ano 6, n. 11, 19-43.
- Bae, B. (2016). *O direito das crianças a participar – desafios nas interações do quotidiano. Da investigação às práticas*, 6 (I), pp. 7-30. Disponível em: <https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/107/157>. Acesso em: 20/12/2020.
- Biroli, F., Machado, M. D. C. & Vaggione, J. M. (orgs) (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. 1a. Ed. - São Paulo: Boitempo.
- Biroli, F. (2020). Gênero, “valores familiares” e democracia, em Biroli, F., Machado, M. D. C. & Vaggione, J. M. (orgs). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. 1a. Ed. - São Paulo: Boitempo.
- Braidotti, R. (2013). *The Posthuman*. Cambridge: Polity Press.
- Braidotti, R. (2019). *Posthuman Knowledge*. Cambridge: Polity Press.
- Brougère, G. (2010). *Brinquedo e Cultura*. São Paulo: Cortez.
- Brasil (2010). *Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Decreto nº 7.037 e atualizado pelo Decreto nº 7.177. Brasília: DF. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/PNDH-3_versao_final-eleitoral.pdf, acesso em 08.08.2020.
- Brasil (2007). *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 76 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>, acesso em 12.9.2020.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- Brum, E. (2021). Vai ter golpe? *Jornal El País*. 28/07/2021. Disponível em <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-07-28/vai-ter-golpe.html>, acesso em 30/08/2021.
- Buckingham, D. (2007). *Crescer na era das mídias: após a morte da infância*. São Paulo: Loyola.
- Buckingham, D. (2008). *Más allá de la tecnología: aprendizaje infantil en la era de la cultura digital*. Buenos Aires: Manantial.
- Buckingham, D. (2015). *Beyond nostalgia: writing the history of children's media culture* (online). <https://davidbuckingham.net/category/childhood/>, acesso 10 de novembro de 2020.
- Correa, S. & Kalil, I. (2020). *Políticas Antigênero em América Latina: Brasil*. Publicado por el Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en ABIA. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf>, acesso em: 10/9/2020.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2010). *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34. 3a. 3d.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2011). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. 2ª. Edição. São Paulo: Editora 34, 2011. (Coleção TRANS).
- Deleuze, G. (1997). *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34. (Col. TRANS)

⁴⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/outubro-rosa/semana-de-valorizacao-da-familia-tera-palestras-com-especialistas-e-lancamento-de-acoas>, acesso em 30/10/2021.

⁴⁸ Observar as investidas de proibição do uso da linguagem neutra, em âmbito legislativo e cotidiano, como nos exemplos a seguir: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/23/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra> ou <https://tribunaonline.com.br/cidades/bem-vindos-professora-de-vitoria-usa-genero-neutro-para-saudar-alunos-e-prefeitura-e-acionada-90491>. Também surgem tentativas de criminalização de movimentos sociais, atividades e Organizações Não Governamentais, através de Projeto de Lei proposto por um dos filhos do agora Presidente da República: <https://www.justificando.com/2018/10/18/pl-de-eduardo-bolsonaro-e-caminho-para-criminalizacao-de-ativistas-ongs-e-movimentos-sociais/>. Acessos em 23/11/2021.

⁴⁹ Ver caso da Sugestão nº 24 de 2018 (SUG 24/2018) que busca criminalizar a discussão de gênero nas escolas: “Tornar crime o ensino de ideologia de gênero nas escolas” (sic, grifos meus): <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=133917>, acesso em 24/11/2021, com vantagem de aprovação na Consulta Pública recente.

- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). *14º. Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Ano 14. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>, acesso em: 12/12/2020.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019). *13º. Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Ano 13. https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf, acesso em: 12/12/2020.
- Francisquini, R. (2019). Bolsonaro e a antipolítica. *Le Monde diplomatique Brasil*. 9 de abril. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/bolsonaro-e-a-antipolitica/>, acesso em: 21/12/2020.
- Guattari, F. (1987). As creches e a iniciação, em Guattari, F. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Ingold, T. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 37: 25-44, jan./jun. 23
- Ingold, T. (2015). *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Col. Antropologia).
- Klemplerer, V. (2009). *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Liebel, M. (2019). Colonialismo y la colonización de las infâncias a la luz de la teoría pós-colonial, em Magstris, G. P. & Morales, S. [comp.]. *Niñez em movimento: del adultocentrismo a la emancipación*. 1ª. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Chirimbote.
- Lins, Heloisa A. Matos (2021). Linhas de vô de um bebê surdo: emaranhados e agências nos processos de subjetivação e educação. *Educação em Revista*, 37, e235031. Epub 20 de abril de 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-4698235031>
- Machado, M. D. C. (2021). El neoconservadurismo cristiano en el Brasil contemporáneo, em Torre, R. & Semán, P. *Religiones y espacios públicos em América Latina*. 1ª. ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Centro de Estudios Latinoamericanos Avanzados – CALAS.
- Madeira, B. & Neto, O. C. (2021). Dossiê Direitas extremas e radicais nos espaços da lusotopia. *Revista Lusotopie*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lusotopie/1688>, acesso em 22/09/2021.
- Magstris, G. P. [et.al.] (2019). *Niñez em movimiento: del adultocentrismo a la emancipación*. 1ª. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Chirimbote.
- Montero, P., Silva, A.L.& Sales, L.(2018). Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. *Horiz. antropol.*, v. 24, n. 52, pp. 131-164, set./dez.
- Montero, P. & Sales, L. (2020). Laity and secularism in contemporary brasilian pluralism. *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 39, n. 2, p. 415-434, Ago.
- Moshenska, G. (2019). *Material cultures of childhood in Second World War Britain*. London; New York: Routledge.
- Moshenska, G. (2008). A hard rain. Children’s shrapnel collections in the Second World War. *Journal of Material Culture*. Vol. 13 (1): 107-125.
- Moss, P. (2019). *Alternative Narratives in Early Childhood: An Introduction for Students e Practitioners*. New York: Routledge. (Contesting Early Childhood).
- Moss, P. (2009). Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. *Psicologia USP* [online], v. 20, n. 3 [Acessado 23 Agosto 2021], pp. 417-436. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65642009000300007>>.
- Mouffe, C. (2015). *Sobre o político*. SP: WMF Martins Fontes.
- Nussbaum, M.C. (2017). *Sem fins lucrativos. Por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Ospina-Alvarado, M.C., Alvarado-Salgado, Sara V. & Fajardo-Mayo, M. A. (2018) Subjetividades políticas de la primera infancia em contextos de conflito armado: Narrativas colectivas de agencia. *Revista Psicoperspectivas*. Vol, 17, n. 2, 15 de julho.
- Penna, J.C. (2015). Democracia da vida comum, em Siscar, M. & Natali, M. (orgs). *Margens da democracia: a literatura e a questão da diferença*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp/ Editora da Usp.
- Pinheiro-Machado, R. & Freixo, A. (2019). Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.
- Pereira, R (2020). Por que Educação é arena central da “guerra cultural” . Outras palavras. 28/04/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/por-que-educacao-e-arena-central-da-guerra-cultural/>, acesso em 26/09/2021.
- Quinalha, R. (2021). LGBTfobia de Bolsonaro atualiza moralismo da ditadura ‘hétero-militar’, diz Renan Quinalha. *Jornal Folha de São Paulo* [Ilustríssima]. 18.09.2021. Disponível em: <https://folha.com/a7sgnk31>
- Qvortrup, J. (2010). Infância e política. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n.141, pp. 777-792, set.
- Rocha, J. C. C (2021). *Guerra cultural e retórica do ódio (crônicas de um Brasil pós-político)*. Goiânia. GO: Caminhos.
- Rocha Junior, J. M. & Dalarosa, A. (2020). Educação e política: uma análise dialética da educação em tempos de “neutralidade” política. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, v. 22, n. 3, pp. 873-891, 23 dez. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3667>, acesso em: 12/12/2020.
- Rodríguez Pascual, I. & Blanco Miguel, P. (2020). La violencia, ¿es una realidad persistente de la adolescencia del siglo XXI? *Universitas-XXI, Revista de Ciencias Sociales y Humanas*, (32), 121-138. <https://doi.org/10.17163/uni.n32.2020.06>
- Santos, D.B.C. & Mottin, K.V. (2020). Os efeitos de poder produzidos pelo projeto escola sem partido na docência. *Cad. Gén. Tecnol.*, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 297-312, jul./dez. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/12554/7568>
- Unicef (1989). United Nations Children’s Fund. *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>, acesso em: 12/6/2021.
- Weil, P. (2011). Introdução ao tema da normose, em Crema, R., Leloup, J. Y & Weil, P. (Orgs). *Normose. A patologia da normalidade*. 5.ed. Rio de Janeiro: Vozes, p. 13- 30.

Zaffaroni, E. R. (2020). Lawfare y democracia en América Latina. Disponível em: Curso Internacional *Estado, Política y Democracia en América Latina*, 16.11.2020. Disponível em: <https://americalatina.global/clase-5/>, acesso em: 14/2/2021.

4. Referências videográficas

Amadeu, Sérgio (2021). O mundo paralelo e a guerra cultural (e virtual) da extrema direita (Live Tv Boitempo). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dy86s-P7bjc>, acesso em 24/11/2021.

Casara, Rubens (2021). O mundo paralelo e a guerra cultural (e virtual) da extrema direita (Live Tv Boitempo). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dy86s-P7bjc>, acesso em 24/11/2021.